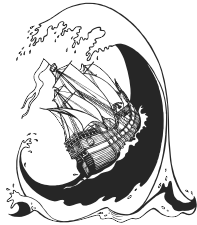


MANDA QUEM PODE,  
OBEDECE QUEM TEM  
PREJUÍZO



CONTRACORRENTE

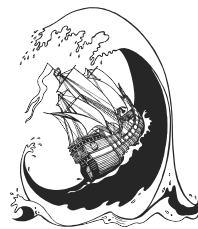


LUIZ GONZAGA BELLUZZO  
GABRIEL GALÍPOLO

MANDA QUEM PODE,  
OBEDECE QUEM TEM  
PREJUÍZO

São Paulo

2017



CONTRACORRENTE.

**Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE**

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar  
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000  
www.editoracontracorrente.com.br  
contato@editoracontracorrente.com.br

**Editores**

Camila Almeida Janela Valim  
Gustavo Marinho de Carvalho  
Rafael Valim

**Conselho Editorial**

Augusto Neves Dal Pozzo  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Daniel Wunder Hachem  
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Emerson Gabardo  
(Universidade Federal do Paraná – UFPR)

Gilberto Bercovici  
(Universidade de São Paulo – USP)

Heleno Taveira Torres  
(Universidade de São Paulo – USP)

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz  
(Universidade de La Coruña – Espanha)

Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono  
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)

Pedro Serrano  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Silvio Luís Ferreira da Rocha  
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

**Equipe editorial**

Carolina Ressurreição (revisão)  
Denise Dearo (design gráfico)  
Mariela Santos Valim (capa)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Ficha Catalográfica elaborada pela Editora Contracorrente)**

---

B485 BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel.  
Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo | Luiz Gonzaga Belluzzo; Gabriel Galípolo – São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

ISBN: 978-85-69220-20-6

Inclui bibliografia

1. Economia. 2. Teoria econômica. 3. Macroeconomia. 4. Poder. I. Título.

CDU – 330.8

---

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

*Agradecemos à Diego Muricca Galípolo, Ewerton de Souza Henriques,  
Fernando de Abreu Sampaio Moreira e Marcelo Peixoto Vieira,  
pelo cuidado com que revisaram o texto e colaboraram para a  
construção desse livro, isentando-os dos eventuais equívocos.*



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
------------------	---

## **CAPÍTULO I**

DEMOCRACIA <i>VERSUS</i> PLUTOCRACIA.....	19
-------------------------------------------	----

## **CAPÍTULO II**

GLOBALIZAÇÃO.....	39
-------------------	----

## **CAPÍTULO III**

A POLÍTICA DA FINANÇA E A FINANÇA NA POLÍTICA .....	69
-----------------------------------------------------	----

## **CAPÍTULO IV**

A ACADEMIA SUCUMBE AO PODER .....	85
-----------------------------------	----

## **CAPÍTULO V**

AS IDEIAS DO PODER OU O PODER SEM IDEIAS? .....	97
-------------------------------------------------	----

A miséria da macroeconomia e a macroeconomia da miséria.....	97
--------------------------------------------------------------	----

Poupança-investimento-consumo (ou seria o inverso?).....	103
A Economia Monetária da Produção .....	106

## **CAPÍTULO VI**

O BRASIL E A FORÇA DO <i>SOFT POWER</i> .....	127
As notícias do mercado ou mercado das notícias .....	129
Dominação financeira, câmbio e indústria.....	135
Dominação financeira, política fiscal e Estado Social.....	142
Dominação financeira e Dívida Pública .....	167
Dominação financeira e inflação .....	172

## **CAPÍTULO VII**

O PREJUÍZO DOS OBEDIENTES.....	179
BIBLIOGRAFIA.....	207



# INTRODUÇÃO

Antes que algum aventureiro lance mão da costumeira acusação ao apontar o indicador para “teorias conspiratórias”, os autores advertem: o propósito desse opúsculo é desenvolver uma avaliação dos processos sociais, econômicos e políticos que alteraram de forma profunda as articulações e a dinâmica das economias capitalistas desde a estagflação de meados dos anos 70 do século passado. Esse processo de transformação foi naturalmente acompanhado de mudanças nas subjetividades dos “agentes” que tomam as decisões e dos “pacientes” que sofrem suas consequências. Na cadência desse movimento, a narrativa predominante na dita Ciência Econômica sofreu um retrocesso conceitual mascarado de avanço científico. Os economistas da corrente principal se refugiam na formalização e na construção de modelos que escondem a inadequação e a pobreza da ontologia do econômico, ou seja, da estrutura de relações estabelecidas entre “agentes” e “pacientes” numa economia voltada para a acumulação monetária e marcada por diferenças de riqueza e poder.

A economia é uma (vá lá) ciência difícil. Keynes dizia que os requerimentos exigidos do bom economista eram muitos: ele deveria combinar os talentos do “matemático, historiador, estadista e filósofo (na medida certa). Deve entender os aspectos simbólicos e falar com palavras correntes. Deve ser capaz de integrar o particular quando se refere ao geral e tocar o abstrato e o concreto com o mesmo voo do pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado e tendo em vista

LUIZ GONZAGA BELLUZZO; GABRIEL GALÍPOLO

o futuro. Nenhuma parte da natureza do homem deve ficar fora da sua análise. Deve ser simultaneamente desinteressado e pragmático: estar fora da realidade e ser incorruptível como um artista, estando embora, noutras ocasiões, tão perto da terra como um político”.

A economia é um sistema complexo. Autor do livro *Decoding Complexity: uncovering Patterns of Economic Complexity*, James Glattfelder escreve no preâmbulo:

A característica dos sistemas complexos é que o Todo exhibe propriedades que não podem ser deduzidas das Partes individuais. Em suma, a teoria da complexidade trata de investigar como o comportamento macro decorre da interação entre os elementos do sistema.

Isto significa que é crucial a identificação dos elementos do sistema econômico, mas, sobretudo, são decisivos os supostos que definem a natureza das relações entre esses elementos.

A metafísica e a epistemologia da corrente dominante ocultam uma ontologia *do econômico* que postula certa concepção do *modo de ser*, uma *visão* da estrutura e das conexões da sociedade mercantil capitalista. Para este paradigma, a sociedade onde se desenvolve a *ação econômica* é constituída mediante a agregação dos indivíduos, articulados entre si por nexos externos e não necessários.

Explicamos melhor este ponto, com a ajuda de Roy Bhaskar: se a concepção é atomística, então todas as causas devem ser extrínsecas. E se os sistemas não dispõem de uma estrutura intrínseca (isto é, esgotam-se nas *propriedades atribuídas aos indivíduos* que os compõem) toda a ação deve se desenvolver pelo *contato*. Os indivíduos “atomizados” não são afetados pela ação e, portanto, ela deve se resumir à *comunicação das propriedades a eles atribuídas*. Bhaskar está se referindo ao paradigma da física clássica, mas a sua definição é imediatamente aplicável aos fundamentos da concepção neoclássica da sociedade econômica formada por indivíduos racionais e maximizadores, partículas que definem a natureza da ação utilitarista e que jamais alteram o seu comportamento na interação com

## MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM PREJUÍZO

as outras partículas carregadas de “racionalidade”. Os fundamentos da teoria econômica dominante definem coerentemente o mercado como um *ambiente comunicativo* cuja função é a de promover de modo mais eficiente possível a circulação da informação relevante.

Essa ontologia tem uma expressão metafísica e outra epistemológica. A metafísica reivindica o caráter passivo e inerte da matéria e a *causação* é vista como um processo linear e unidirecional, externo e inconsistente com a *geração do novo*, ou seja, com a *emergência* que caracteriza a dinâmica dos sistemas complexos.

Na versão epistemológica, reduto preferido do positivismo, os fenômenos são apresentados como qualidades simples e independentes, apreendidas através da experiência sensível. Nesse caso, a causalidade é vista como a *concomitância regular* de eventos, que se expressa sob a forma de *leis naturais*, depois de processada pelo sujeito do conhecimento.

No livro “*The World in the Model: how economists work and think*”, Mary S. Morgan conta a história da “evolução” da dita ciência econômica: a longa e controvertida caminhada da Economia Política para a “economia científica” concentrada na construção de modelos formais ou na utilização de técnicas econométricas para demonstrar relações de determinação entre variáveis a partir de supostos teóricos discutíveis.

Alexander Rosenberg, conhecido filósofo da ciência, interpelou as pretensões científicas da economia no livro *Economics: mathematical politics or science of diminishing returns?* Rosenberg conclui que, na contramão da trajetória de outros saberes, a economia é insensível às mudanças de paradigma que afetam as demais ciências e tornam obsoletas ou imprestáveis certas categorias do entendimento.

Nos anos 1950 e 1960, o físico e matemático Von Neumann, um dos pais do computador, imaginou a possibilidade de aumentar a precisão das previsões meteorológicas e de controlar as *condições* do tempo. O aparecimento dos satélites e da computação digital impulsionou ainda mais a confiança na transformação dos modelos de previsão em instrumentos tão precisos quanto a equação que descreve a queda dos corpos.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO; GABRIEL GALÍPOLO

Nesse tempo, mais exatamente em 1960, o meteorologista e matemático Edward Lorenz construiu um sistema de 12 equações, um modelo puramente determinista. Dado um ponto de partida, as condições meteorológicas se desenvolveriam da mesma maneira, a cada vez. Alterado ligeiramente o ponto de partida, o tempo evoluiria de uma maneira diferente.

Lorenz descobriu, no entanto, ao longo de suas simulações, que pequenas alterações nas condições iniciais podem tornar qualquer previsão sem qualquer valor. Os erros e incertezas interagem, se multiplicam e formam processos cumulativos. Uma brisa em Porto Alegre pode provocar uma tempestade em São Paulo. Uma velha canção do folclore ilustra o que na *Teoria do Caos* foi designado como *dependência sensível das condições iniciais*.

Por falta de um prego, perdeu-se a ferradura/ Por falta de uma ferradura, perdeu-se o cavalo/ Por falta do cavalo, perdeu-se o cavaleiro/ Por falta do cavaleiro, perdeu-se a batalha/ Por falta da batalha, perdeu-se o reino.

Sabe-se muito bem que, tanto na ciência quanto na vida, uma cadeia de acontecimentos pode ter um *ponto de crise* que vai aumentando com pequenas mudanças. Mas o caos significa que estes pontos estão por toda parte. Em sistemas complexos, como os de previsão do tempo, a dependência sensível das condições iniciais é a consequência inevitável da maneira pela qual as pequenas escalas se combinam com as grandes.

Se a companhia dos cientistas do clima não satisfaz, os economistas podem buscar arrimo na física do século XX. A termodinâmica, a física dos quanta e a teoria da relatividade vêm descobrindo que os caminhos na Natureza não podem ser previstos com exatidão. As pequenas diferenças, as flutuações insignificantes podem ser produzidas em circunstâncias apropriadas, invadir todo o sistema e engendrar um novo regime de funcionamento. Uma das novidades da ciência contemporânea está em sua capacidade de revelar que a Natureza é muito mais rica em suas determinações do que supunha a nossa vã filosofia.

## MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM PREJUÍZO

Ilya Prigogine e Isabelle Stengers<sup>1</sup> mostram que a fenomenologia descrita pela termodinâmica, pela física das partículas e pela teoria da relatividade

não só afirmam a seta do tempo, mas também nos conduzem a compreender um mundo em evolução, um mundo onde a ‘emergência do novo’ reveste um significado irreversível (...). O ideal da razão suficiente supunha a possibilidade de definir a causa e o efeito, entre os quais uma lei de evolução estabeleceria uma equivalência reversível (...).

No tempo está abrigada a irreversibilidade, o demônio que amedronta os economistas e seus modelos de equilíbrio geral e adjacências.

Começemos pelo próprio *big bang*. Como iremos ver, trata-se de uma consequência inevitável do próprio modelo *standard* atualmente dominante: se seguimos a evolução do universo em relação ao passado, chegamos a uma *singularidade*, a um ponto sem extensão onde se encontra concentrada a totalidade da matéria e da energia do universo (...), mas curiosamente, nem este modelo, nem a física em geral nos permitem descrevê-la: as leis físicas não se podem aplicar a um ponto de densidade infinita de matéria e energia.

Prigogine e Stengers, nas considerações finais do livro *Entre o Tempo e a Eternidade*, concluem que as ciências não refletem a *identidade estática de uma razão* à qual era necessário submeter-se ou resistir, mas participam da *criação de sentido* ao mesmo nível que o conjunto das práticas humanas. “Elas não nos podem dizer o que “é” o homem, a natureza ou a sociedade de tal maneira que, a partir desse saber, possamos decidir a nossa história”.

A geometria euclidiana perdeu sua “generalidade” quando, em 1919, as observações confirmaram a teoria da relatividade geral, o que

---

<sup>1</sup> PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. *Entre le temps et l'éternité*. Paris: Flammarion, 1992.

subverteu as relações espaço-tempo. É sabido que Albert Einstein, depois de sua façanha, relutou em abandonar o determinismo ao decretar: “Deus não joga dados”.

A física dos quanta iria radicalizar a revolução científica ao se desvencilhar completamente do determinismo da física clássica – a física dos grandes corpos, como a define Louis de Broglie.

A modelística macroeconômica contemporânea não foi capaz de realizar a delicada operação sugerida por Keynes de “integrar o particular quando se refere ao geral e tocar o abstrato e o concreto com o mesmo voo do pensamento”.

É possível reivindicar uma complexidade ainda maior nos processos de conhecimento das ditas ciências sociais. Habermas, por exemplo, sugere que, além de estarem submetidas à confirmação empírica (ou à rejeição), as teorias da sociedade devem estar sujeitas à demonstração de que são “reflexivamente aceitáveis”.

A investigação deve compreender não apenas as instituições e práticas sociais, mas também incluir as convicções que os agentes têm sobre a sua própria sociedade – investigar não apenas a realidade social, mas os saberes que se debruçam sobre ela. Uma teoria social é uma teoria a respeito das convicções dos agentes sobre a sua sociedade, sendo ela mesma uma destas convicções. Os assim chamados cientistas sociais, sobretudo os economistas, costumam descuidar dos fundamentos cognitivos implícitos em seus procedimentos.

George Soros, proclamado “mago das finanças” pela grande mídia global, adverte contra as pretensões de donos da verdade, ostentadas pelos adeptos e convertidos ao credo do livre mercado. Soros apresenta com clareza a fragilidade dos supostos que sustentam as teorias dos mercados competitivos e “livres” e denunciou o seu caráter predominantemente apologético.

Soros reconhece que o fundamentalismo do *laissez-faire* não é diferente, em essência, do fundamentalismo que sustentou as experiências malogradas do socialismo real. Ambos têm em comum a certeza do

## MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM PREJUÍZO

conhecimento da verdade “última”, atingida a partir de procedimentos científicos. Uns e outros têm pretensões de praticar a engenharia social e almejam enfiar a sociedade nos escaninhos estreitos de suas certezas funestas. Vai sobrar sociedade.

Soros desdenhosamente acusa a teoria dos mercados competitivos – cujas forças fundamentais movem a economia continuamente para a senda do equilíbrio e da estabilidade – de pertencer à categoria de superstições científicas contaminadas irremediavelmente pelo determinismo. A partir de uma concepção ultrapassada do método científico, a teoria econômica pretende tirar conclusões práticas relevantes, recomendar políticas e impor reformas.

Usando o exemplo dos mercados financeiros, Soros diz que o pensamento dominante propõe a desregulamentação a qualquer preço, ignorando solenemente as lições da história do século XX. Neste século foram inúmeros os episódios de instabilidades, turbulência e crises financeiras. Ele não se conforma com a estrutura binária do raciocínio dos liberais contemporâneos: se as regulamentações são defeituosas, então os mercados liberalizados são perfeitos.

Seja qual for a interpretação mais correta das crises financeiras, mais importante é a constatação do caráter reducionista do pensamento que se arroga foros de cientificidade. Sua função não é propriamente a de indagar ou investigar, senão a de simplificar: certo ou errado, bem ou mal.

A ciência aproxima-se assim do pensamento mítico. O retorno do mito é um dos fenômenos mais formidáveis do final do século XX e atinge com maior intensidade as chamadas ciências humanas. Como sempre, destroçada pelas exigências da política antidemocrática dos tecnocratas de turno, a economia entrega seu destino às forças do empobrecimento conceitual e da apologética sem limites. O esvaziamento teórico se faz em nome da despolitização e da “limpeza ideológica”, da aproximação da economia do paradigma atribuído às ciências da natureza, em particular da física.

O exemplo mais conspícuo do fracasso ontológico e epistemológico foi sintetizado na resposta que o nobelizado Robert Lucas deu à

indagação da Rainha Elisabeth II depois da crise. Em visita à *London School of Economics* a rainha perguntou por que os economistas não haviam previsto a crise. Lucas respondeu em um artigo na revista *The Economist* em 2009: “a crise não foi prevista porque a teoria econômica prevê que estes eventos não podem ser previstos”. Se os indivíduos são racionais, eles conhecem a estrutura da economia e são capazes de antecipar corretamente sua trajetória probabilística. Os mercados são, portanto, eficientes e a crise que aconteceu não poderia ter acontecido. Não poderia ser prevista.

Os modelos ditos novo clássicos e os chamados nekeynesianos admitem a hipótese das “expectativas racionais”. Simplificadamente, a hipótese advoga a ideia de que os agentes conhecem a estrutura da economia e sua trajetória provável. Os agentes racionais que povoam os mercados, usando a informação disponível, sabem exatamente qual é a estrutura da economia e são capazes de calcular sua evolução provável.

Esses modelos, sobretudo os que se pretendem dinâmicos, não excluem flutuações da economia, mas atribuem o fenômeno aos chamados “ciclos reais” produzidos por mudanças nas preferências dos consumidores ou no progresso tecnológico. Para dirimir inconvenientes formais introduzidos pela presença nos mercados de uma diversidade de “indivíduos” com funções heterogêneas, os modelos Dinâmicos Estocásticos de Equilíbrio Geral resolveram o imbróglio com a introdução do “agente representativo”. Uma espécie de demônio de Laplace<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Experimento mental concebido pelo físico Pierre Simon Laplace o qual sustenta que de posse de todas as variáveis que determinam o estado do universo em um instante  $t$ , é possível prever o seu estado no instante  $t + 1$ : “Podemos considerar o presente estado do universo como resultado de seu passado e a causa do seu futuro. Se um intelecto em certo momento tiver conhecimento de todas as forças que colocam a natureza em movimento, e a posição de todos os itens dos quais a natureza é composta, e se esse intelecto for grandioso o bastante para submeter tais dados à análise, ele incluiria numa única fórmula os movimentos dos maiores corpos do universo e também os dos átomos mais diminutos; para tal intelecto nada seria incerto e o futuro, assim como o passado, estaria ao alcance de seus olhos”. – Pierre-Simon Laplace.

Adicionalmente às dificuldades apontadas pelo próprio Laplace, pois para armazenar toda a informação de todas as partículas presentes em todo o universo, esse intelecto



## MANDA QUEM PODE, OBEDECE QUEM TEM PREJUÍZO

ressuscitado pelo toque de gênio dos macroeconomistas dos ciclos reais, das expectativas racionais e *last but not least* das políticas de metas de inflação.

A macroeconomia ensinada nas últimas décadas nas academias do mundo anglo-saxão não contempla a existência de dinheiro, bancos ou mercados financeiros. Os mercados de crédito, de avaliação da riqueza e suas poderosas instituições – o sistema nervoso que comanda o capitalismo – são impedidos pela racionalidade dos “mercados eficientes” de desatar corridas para a liquidez e crises financeiras. Se não há dinheiro verdadeiro, não há demanda de liquidez.

Na realidade, essa concepção da economia, digamos, “de mercado”, é estática e o dinheiro entra na dança apenas como numerário, unidade de conta. A dinâmica da economia é movida pelas forças reais da abstinência e da poupança que, sem fricções, se transformam imediatamente em investimento. Uma discussão mais minuciosa dessa hipótese será desenvolvida no capítulo que trata da Escola Austríaca.

A trajetória da economia apresenta suaves flutuações, mas a economia é sempre igual a ela mesma, ancorada nas expectativas racionais do agente representativo. Não há dinâmica no sentido de um movimento no tempo histórico. Assim, é possível postular uma parêmia inspirada em Woody Allen: “Se vamos fazer tudo certo, tudo vai dar certo”!

Desgraçadamente, nem mesmo a economia, com seus formidáveis e impressionantes modelos, pode suplantar a existência de indivíduos com funções heterogêneas. Proprietários e não proprietários dos meios de produção, bancos, empresas e consumidores, poupadores e empreendedores desempenham não só papéis diferentes, como estabelecem entre si relações de determinação, controle e poder. Essas decisões hierarquizadas são inerentes a uma Economia Empresarial ou Economia Monetária da Produção, como queria Keynes ao escapar dos grilhões da teoria clássica.

---

deveria ser maior que o universo inteiro, muitos físicos da época não aceitaram essa ideia, pois esse experimento acabava com a ideia do livre-arbítrio, segundo a qual as pessoas poderiam escolher qual caminho seguir.

Há que se concordar com o economista David Colander: “Qualquer modelo relevante em macroeconomia deve analisar não só as características dos indivíduos, mas também a estrutura de suas interações”.

A historicidade imposta pelo tempo nos leva à consideração das decisões cruciais dos indivíduos que detêm o controle da riqueza. Respondendo às circunstâncias existentes, eles estão obrigados a enfrentar a incerteza para projetar o futuro. Essas trajetórias condensam as decisões passadas dos agentes heterogêneos e, não raro, viram de ponta-cabeça os resultados pretendidos. Nem tudo pode dar certo.

A estirpe dos Nassau Senior, dos Bastiat, dos Jean-Baptiste Say, dos Jevons e dos Walras é precursora dos mais eminentes economistas modernos nos esmeros em demonstrar a harmonia do capitalismo, ou seja, a equivalência de poder entre os protagonistas das relações de mercado e a existência de forças compensatórias e “automáticas” que não só impediriam a ocorrência das crises, como também colocariam todos diante de oportunidades iguais mediante a livre concorrência. Trata-se de demonstrar o caráter harmônico do capitalismo e a justiça natural da concorrência em todas as esferas da vida e, portanto, postular a impossibilidade das crises.

Depois da crise de 2008/2009, os sábios pais da matéria empenharam-se em dar tratos à bola e se entregaram a calistenias matemáticas, apressados em introduzir supostos *ad hoc* para contemplar as “fricções” engendradas pelas variáveis monetárias e financeiras, infligindo torturas aos modelos para enfiar o dinheiro e o crédito de dar inveja a Guantánamo, que terminaram em vexames lógicos e metodológicos.